



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0001170-53.2006.8.17.0420 (0273396-8)
COMARCA: CAMARAGIBE
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE: EDVAN DA SILVA
ADVOGADO: BEL. DENIVALDO FREIRE BASTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 12 DA LEI 6.368/76. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. INEXIGIBILIDADE DE FIM DE MERCÂNCIA. CRIME DE AÇÃO MÚLTIPLA. TESTEMUNHOS FIRMES E COERENTES. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A materialidade do crime se encontra comprovada através dos laudos periciais acostados aos autos, os quais constataram a presença do princípio ativo responsável pela toxicidade da droga apreendida;
2. A autoria do delito previsto no artigo 12 da Lei 6.368/76 restou confirmada, não se podendo falar em insuficiência de provas, até porque não há qualquer irregularidade no fato de os policiais que participaram das diligências serem ouvidos como testemunhas, tendo seu depoimento a normal credibilidade dos testemunhos em geral.
3. Apelo a que se nega provimento de forma uníssona.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0001170-53.2006.8.17.0420 (0273396-8)**, no qual figuram como



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

apelante **Edvan da Silva** e apelado o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23/09/2014

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

227
30.11.2006

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0001170-53.2006.8.17.0420 (0273396-8)
COMARCA: CAMARAGIBE
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE: EDVAN DA SILVA
ADVOGADO: BEL. DENIVALDO FREIRE BASTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação Criminal interposto por **Edvan da Silva**, qualificado nos autos, em face da sentença de fls. **161/171**, na qual foi condenado às penas de 06 (seis) anos de reclusão e 80 (oitenta) dias-multa, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, delito tipificado no art. 12, *caput*¹, da Lei 6.368/76.

Relata a denúncia que o apelante foi preso em flagrante delito no dia 06 de maio de 2006, por volta das 15:30 horas, na Rua Doutor Carlos Alberto, nº 354, Bairro de Vila da Fábrica, em Camaragibe, "*mais precisamente nos fundos da casa do acusado, onde foi abordado e encontrado em seu poder 15*

¹ Art. 12 - Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

Pena - Reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



(quinze) papелotes de maconha e a quantia de R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais), que se deduz ser fruto da venda da droga.

Narra ainda a inicial acusatória que policiais militares receberam informações de populares sobre a existência de comercialização de drogas no lugar conhecido como "Balde", e ao se dirigirem ao local, constataram a veracidade da informação.

Ao revistar o local, os milicianos encontraram um saco plástico contendo os papелotes de maconha prontos para consumo, sendo dada voz de prisão ao acusado.

Interposto o recurso de **fl. 177**, cujas razões estão acostadas às **fls. 178/188**, o Apelante pugna pela absolvição, aduzindo que não há provas para condenação.


Às **fls. 206/208**, o Ministério Público Estadual apresentou contrarrazões recursais, onde requer a manutenção da sentença impugnada.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, em seu parecer de **fls. 220/224**, opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 18/10/2012


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio
Terceira Câmara Criminal**

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0001170-53.2006.8.17.0420 (0273396-8)
COMARCA: CAMARAGIBE
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE: EDVAN DA SILVA
ADVOGADO: BEL. DENIVALDO FREIRE BASTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

VOTO

Visa o apelante, através do presente recurso, afastar a autoria delitiva reconhecida na sentença, pretendendo, portanto, a sua absolvição.

Pois bem.

A materialidade do delito encontra-se devidamente demonstrada através do auto de apresentação e apreensão (**fl. 20**), pelo laudo provisório de constatação (**fl. 26**), e pela perícia toxicológica (**fls. 64/68**), que confirma a natureza ilícita da substância apreendida.

A autoria do crime atribuído ao apelante, por sua vez, é indubitosa.

Os policiais militares, responsáveis pela abordagem, ao serem ouvidos em Juízo (**fls. 113/115**), confirmaram que receberam informações provenientes de populares de que na casa do acusado era "uma boca de fumo", orientando-os a entrar pelos fundos da residência, porque se fossem pela frente os indivíduos ali presentes poderiam fugir. Declararam ainda que foi achada uma certa quantia em dinheiro em poder do Recorrente e que a droga foi encontrada próxima ao acusado, no mato. Declararam que o mesmo declarou que o entorpecente era para uso próprio, e não para comercialização.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Por sua vez, a tese da defesa, ou seja, a palavra da Recorrente, apresenta-se descabida e fantasiosa. Em seu interrogatório o acusado negou a prática criminosa, asseverando que foram os policiais que trouxeram a droga e "forjaram" o flagrante. Disse que a motivação para tal conduta seria uma querela existente entre ele e um policial conhecido como "Valtinho" da Rocam.

Todavia, os testemunhos dos policiais militares, em juízo, descartam a versão dada pelo acusado. Vejamos:

"Que conhece um policial chamado VALTER da ROCAM, que mora aqui em Camaragibe, mas desconhece qualquer tipo de problema entre este policial e o acusado; Que o grupo que participou da prisão do denunciado era formado por 10 homens e nenhum deles estava encapuzado no momento da prisão; Que VALTER faz parte do grupo dos dez, mas não se recorda se no dia da prisão estava trabalhando ou de folga e se participou da prisão ou não" (GENILDO ARMINDO DA SILVA, condutor, Policial Militar lotado na CIP MOTOS ROCAM – fl. 113/114)

*"Que o policial VALTER que faz parte da ROCAM **não participou da prisão do acusado**"* (grifo nosso) (ROBERTO JOSÉ FÉLIX, Policial Militar lotado na CIP MOTOS ROCAM – fl. 114/115)

"Que nenhum dos policiais estava encapuzado na operação; Que não sabe qualquer problema do policial VALTER com o acusado e não conhecia o acusado antes da prisão do mesmo; Que existe um policial chamado VALTER que trabalha no seu grupo, não sabendo dizer aonde esse VALTER reside; Que não sabe dizer aonde o VALTER que trabalha interno na ROCAM reside" (WELLINGTON JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR, Policial Militar também Lotado na CIP MOTOS ROCAM – fl. 115/116)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Por fim, o Apelante garante que foi espancado pelos policiais militares, detalhando que estes o levaram para a mata e até bateram nele com uma enxada.

Contudo, a perícia traumatológica de fl. 71 assevera que não foram encontradas lesões macroscópicas no exame realizado, desmentindo assim a versão defensiva.

Assim, as declarações dos policiais são firmes e coerentes, não havendo qualquer prova de que sejam produtos de uma "armação", como quer fazer crer a defesa, podendo tais testemunhos servir de base para o convencimento do julgador, conforme sumulado por este Tribunal:

Súmula 75: É válido o depoimento de policial como meio de prova.

Nesse contexto, acertada é a condenação imposta ao acusado, não merecendo ser reformada.

Ante o exposto, **voto para negar provimento ao apelo**, mantendo a condenação em todos os seus termos.

É o voto.

Recife, 23/09/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



0020

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0001170-53.2006.8.17.0420 (0273396-8)
COMARCA : Camaragibe - 1ª Vara Criminal
APELANTE : **EDVAN DA SILVA**
ADVOGADO : Dr. Denivaldo Freire Bastos
APELADO : Ministério Público de Pernambuco
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pela Defesa de **EDVAN DA SILVA (fls.177/188)**, contra Sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, que em 28.07.2007, CONDENOU o ora Recorrente pelo crime previsto no Art. 12 da Lei 6.368/1976 (tráfico ilícito de entorpecentes) a **pena de 06 (seis) anos de Reclusão** a ser cumprida em regime fechado e **80 (oitenta) dias-multa** no valor de R\$20,00 (vinte reais) cada dia-multa, nos autos do processo nº0001170-53.2006.8.17.0420.

Narra a Denúncia (fls.02/03) que, no dia 06.05.2006, por volta das 15h30min., Policiais Militares encontravam-se em policiamento ostensivo na Vila da Fábrica, tomaram conhecimento através de populares que na localidade conhecida por Balde havia uma boca de fumo, tendo os mesmos se dirigido até o local para verificar a procedência da informação. Chegando na Rua Dr. Carlos Alberto, nº354, Vila da Fábrica, Camaragibe/PE encontraram o Acusado **EDVAN DA SILVA**, na companhia de dois amigos, passando a revistá-los.

Consta que em poder do Acusado foi inicialmente encontrado a quantia de R\$178,00 (cento e setenta e oito reais), que se deduz ser produto da venda da droga e em poder de um dos seus colegas foi encontrado o valor de R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais), produto do trabalho dos mesmos. Ao revistar o local, os policiais encontraram um saco plástico contendo 15 (quinze) papелotes de maconha, prontos para consumo, sendo dada voz de prisão ao Denunciado. Os colegas do Acusado afirmaram que eram apenas consumidores de maconha.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

A Defesa do Apelante, em suas Razões (fls.178/188), alega que não restou comprovada a participação do Recorrente na prática delitiva, devendo o mesmo ser absolvido. Sustenta que na verdade o ora Apelante está sendo perseguido por um policial conhecido como Valter da Rocan.

Em suas contrarrazões o Representante do Ministério Público (fls.206/208), pugnou pela manutenção da Sentença condenatória, por entender que a prova testemunhal é uníssona e corrobora todos os indícios colhidos na fase investigativa, conforme provas de fls.113/118.

A materialidade delitiva restou demonstrada através do Auto de Apresentação e Apreensão (fl. 20), Laudo de Constatação (fl.27) e Perícia em Material de Origem Vegetal (fls.64/68).

Já no que diz respeito à autoria, verifico que o Apelante negou os fatos narrados na denúncia, sustentando que não estava vendendo maconha e que o dinheiro encontrado com ele depoente era proveniente de seu trabalho e o de sua esposa. Disse ainda que a vistoria no local foi determinada por um sargento e alguns policiais procuraram na mata e voltaram com uma sacola com maconha dizendo que a droga era sua. Afirmou também que dois colegas seus, conhecidos como "GUGA" e "NÊNEM", estavam com ele no momento de sua prisão e que também foi encontrado dinheiro com NÊNEM, que todos foram levados para a Delegacia, mas seus dois colegas foram liberados, ficando apenas o Acusado, pois era ex-presidiário. Por fim, declarou que ele e GUGA foram torturados pelos policiais, tendo sofrido espancamento até com enxada (fls. 112/113).

Note-se, contudo, que a Perícia Traumatológica de fl. 71 relata que não foram encontradas lesões no Acusado, desmentindo a versão dele de que teria sido espancado pela polícia.

O Policial Militar GENILDO ARMINDO DA SILVA, que participou da prisão em flagrante delito do Acusado disse que populares informaram a sua guarnição, que fazia rondas no local próximo a residência do acusado, que ali funcionava uma boca de fumo, e orientaram aos policiais que estavam na ronda,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

que não fossem pela frente da casa e sim por trás, pois do contrário os indivíduos que lá estivessem poderiam fugir por trás da casa, pois o quintal da casa dava para um mato, contudo não conseguiram chegar na casa pelo mato por trás da mesma. Disse ainda que abordaram o denunciado e encontraram com o ele certa quantidade em dinheiro e bem próximo a ele, encontraram a droga, tendo o Acusado declarado que o entorpecente encontrado era para consumo próprio. Relatou que no local estavam o denunciado e mais dois indivíduos e com um deles foi encontrada certa quantia em dinheiro, mas este apresentou no ato contra cheque de uma Empresa em que teria trabalhado, declarando que aquele dinheiro era proveniente de seu trabalho e que tinham ido ao local para comprar a droga, pois eram viciados. Por fim, informou que conhece um policial chamado VALTER da ROCAM, que mora em Camaragibe, mas desconhece qualquer tipo de problema entre este policial e o acusado; mas não se recorda se no dia da prisão o referido policial estava trabalhando ou de folga e se participou da prisão ou não. (fls. 113/114).

No mesmo sentido encontram-se os depoimentos dos Policiais ROBERTO JOSÉ FÉLIX (fls. 114/115) e WELLINGTON JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR (fls. 115/116). Eles também declararam que o policial conhecido como Valter não estava presente no dia da operação policial que culminou com a prisão do ora Apelante

Por sua vez, WILLAMS ANTONIO DA SILVA e CRISTIANO ANÉZIO DA SILVA testemunharam favoravelmente ao denunciado, afirmando que ele não estaria traficando no local, contudo negaram ter conhecimento de qualquer problema entre o réu e o policial Valter da ROCAM (fls. 116/118).

Como bem destacou a douta Procuradoria

"Ora, o apelante acusa os policias de faltarem com a verdade, mas não faz prova alguma de suas alegações. Afirma ter sido espancado, mas a perícia traumatológica o desmente. Declara que é perseguido por um policial de nome Valter, mas não há sequer um indício de que esse, ao menos, estava presente no momento da abordagem, além de não provar a suposta perseguição. (...). Ademais, deve-se frisar que no momento da oitiva de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

referidas testemunhas a defesa não as contraditou, além de ter sido conferido, de forma irrestrita, o direito do contraditório, tanto que lhes foram feitas perguntas pela defesa" (fl.222).

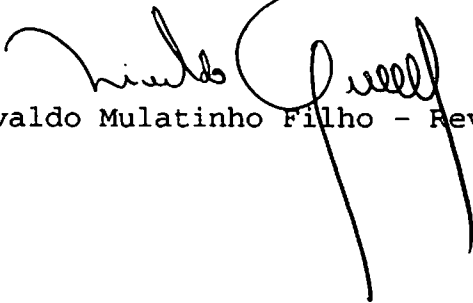
De modo que, os depoimentos dos policiais que prenderam em flagrante o Acusado foram harmônicos, não há, nos autos, nenhum indicativo que eles tenham a intenção de falsamente imputar os crimes ao ora Apelante, seus depoimentos possuem grande valor probatório, sobretudo, quando prestado em Juízo, sob a garantia do contraditório, revestindo-se de inquestionável idoneidade para fundamentar a Sentença Condenatória (Cf. HC 98.766/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2009, DJe 23/11/2009).

Assim, não há qualquer dúvida quanto à materialidade delitiva e no que concerne à autoria emerge dos Autos prova suficiente de que o Apelante realmente é autor dos crimes narrados na Denúncia.

Por todo o exposto, **nego provimento** ao presente recurso, mantendo-se a Sentença condenatória em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014 .


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor